

PREJULGADO Nº 080

NEGAR EXEQUIBILIDADE ao art. 97 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002 (Estatuto dos Servidores do Município de Vila Velha), bem como à Resolução 717, de 7 de junho de 2016, da Câmara Municipal de Vila Velha, que se reputam inconstitucionais, na apreciação e julgamento dos atos em exame no processo TC- 07575/2021-4, sem extrapolação de efeitos para outros casos.

Órgão Colegiado: Plenário

Processo: TC-07575/2021-4

Assunto: Controle Externo – Fiscalização - Denúncia

Relator: conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Decisão: Acórdão TC 00016/2023-1

Sessão: 02/02/2023 – 2ª Sessão Ordinária do Plenário

Publicação: Acórdão 00016/2023-1- Plenário, disponibilizado no Diário Oficial Eletrônico do TCEES nº 2292 do dia 13 de fevereiro de 2023, considerando-se publicado no dia 14/02/2023, nos termos dos artigos 62 e 66, parágrafo único, ambos da Lei Complementar Estadual 621/2012, c/c art. 5º, da Resolução TC nº 262/2013.